

Mulheres na política, do desejo à realidade – igualdades e desigualdades Women in politics, the desire to reality - equalities and inequalities

El derecho de igualdad y los derechos de las mujeres

Olívia de Carvalho ¹
Elza Pais ²

Resumo:

PROMOVER A IGUALDADE DE GÉNERO E O EMPODERAMENTO DAS MULHERES é um dos objetivos de desenvolvimento do milénio (3). Nesse sentido refletimos, analisamos e interpretamos a situação atual das mulheres, no campo da política, procurando identificar os fatores que promovem, ou inibem, a sua participação. Pretendemos, também, avaliar a igualdade e desigualdade, nos campos da Decisão Política e na Decisão Económica. Os progressos em matéria de representação das mulheres no poder executivo são ainda mais lentos.

Em 2010, apenas nove dos 151 chefes de Estado eleitos e 11 dos 192 chefes de governos eram mulheres e, a nível mundial, as mulheres só detêm 16% dos cargos ministeriais.

Situando o tema numa perspetiva psicodinâmica e, segundo a teoria Freudiana, é o desejo que move o aparelho psíquico, que faz sonhar. Os sonhos são realizações de um desejo, não são, portanto, destituídos de sentido. A não realização do desejo conduz ao recalçamento, baixo sentido de eficácia, baixa autoestima que inibem a participação.

As mulheres sonham; os homens sonham, essa é uma característica humana, que não tem gênero. Torna-se pertinente perguntar: Desejam as mulheres, tanto como os homens, tornar o mundo melhor; criar um mundo mais justo, mais fraterno, serem agentes ativos nessa mudança? Encontrada a resposta a esta questão, procuraremos identificar os fatores que condicionam a atividade política das mulheres e propor formas de alterar esta realidade.

Palavras-Chave: Género; Igualdade; Participação; Desejo; Política;

* Texto que corresponde à comunicação apresentada no Congreso Internacional de Historia de los Derechos Humanos de la Universidad de Salamanca “El Cincuentenario De Los Pactos Internacionales De Derechos Humanos De La Onu” Homenaje A La Profesora M^a Esther Martínez Quinteiro, em Salamanca, 4-7 octubre 2016.

¹ Universidade Portucalense Infante D. Henrique (UPT) Centro de Investigação: Instituto Jurídico Portucalense (IJP) olivia@upt.pt

² Centro de estudos de Sociologia (CESNova) da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, elzapais@ps.parlamento.pt

Abstract:

PROMOTE GENDER EQUALITY AND THE EMPOWERMENT OF WOMEN is one of the millennium development goals (3). In this sense we reflect, analyze and interpret the current situation of women in politics, trying to identify the factors that promote or inhibit their participation. We also wanted to evaluate the equality and inequality in the fields of policy decision and Economic Decision. The progress in the representation of women in the executive branch are even slower.

In 2010, only nine of 151 elected heads of state and 11 of 192 heads of government were women and, globally, women hold only 16% of ministerial posts.

Situating the subject in a psychodynamic perspective and, according to Freudian theory, it is the desire that moves the psychic apparatus, which makes dream. Dreams are achievements of a desire, they are not, therefore, devoid of sense. The non-fulfillment of desire leads to repression, low sense of efficacy, low self-esteem that inhibit participation.

Women dream; men dream, this is a human characteristic, which is genderless. It is pertinent to ask: They want women as much as men, make the world better; create a fairer, more fraternal, be active agents in this change? Found the answer to this question, we will try to identify the factors that influence the political activity of women and propose ways to change this reality.

Keywords: Gender; Equality; Policy; Interest; Desire;

O princípio da Igualdade, constitucionalmente garantido, é uma questão de justiça e garantia dos direitos humanos fundamentais, mas é também um fator de coesão social e territorial e é uma condição para o desenvolvimento sustentável, como tem vindo a ser revelado pelos indicadores de desenvolvimento dos relatórios dos principais organismos europeus e internacionais³.

Para além do estímulo interno, na realização dos desejos, quer as mulheres quer os homens encontram barreiras e facilitadores que inibem ou promovem a sua concretização. Para as mulheres as barreiras são sempre maiores, o que tem como efeito a diminuição do desejo que conduz ao recalçamento. Não será, por isso, a motivação que condiciona o nível de participação, mas sim fatores externos, ambientais.

Torna-se necessário, por isso, identificar esses fatores para sobre eles atuarmos, derrubando barreiras. As medidas de discriminação positiva continuam a ser o principal fator impulsionador do progresso das mulheres neste domínio e a legislação pode servir como instrumento para a mudança das práticas, da cultura e das mentalidades, conduzindo a um nível mais elevado de participação das mulheres na política. As

³ Pais (2016)

práticas quotidianas - tradicionalmente, assentes em estereótipos de género e preconceitos - devem acompanhar a evolução legislativa e até avançar, de forma a promoverem mudanças neste domínio, para alterar representações e comportamentos em prol de uma sociedade mais igual.

As mulheres estão lentamente a aceder ao poder político, sobretudo graças a quotas e a outras medidas especiais. Entre 1995 e 2010, a proporção de mulheres no parlamento, a nível mundial, passou de 11% para 19%, o que representou um aumento de 73%. No entanto, a percentagem continua a ficar muito aquém da paridade de género.

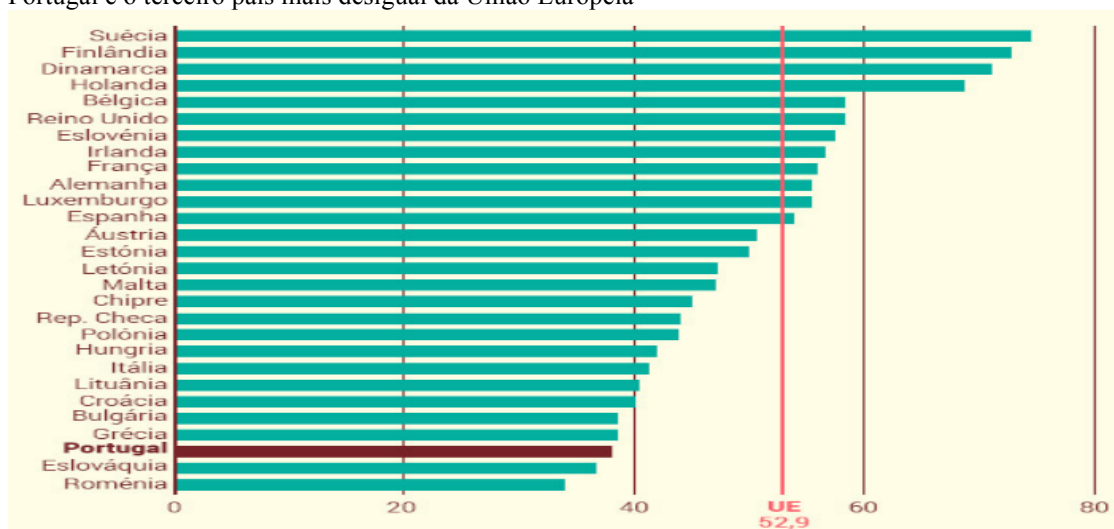
As mulheres europeias continuam com uma enorme diferença na igualdade em relação aos homens.

Segundo o Instituto Europeu para a Igualdade de Género que avalia o impacto das políticas de igualdade de género na União Europeia, ao longo do tempo - através do impacto dos fatores trabalho, dinheiro, conhecimento, tempo, energia e saúde - Portugal está no fundo da tabela. Somente a Roménia e Eslováquia estão abaixo de Portugal relativamente às diferenças entre homens e mulheres. Situação diferente é a dos países nórdicos, Suécia, Dinamarca e Finlândia que se encontram na frente da lista.

Tempo e poder continuam a ser os fatores que mais influenciam os resultados das desigualdades⁴

Gráfico 1.

Portugal é o terceiro país mais desigual da União Europeia



Fonte: EIGE

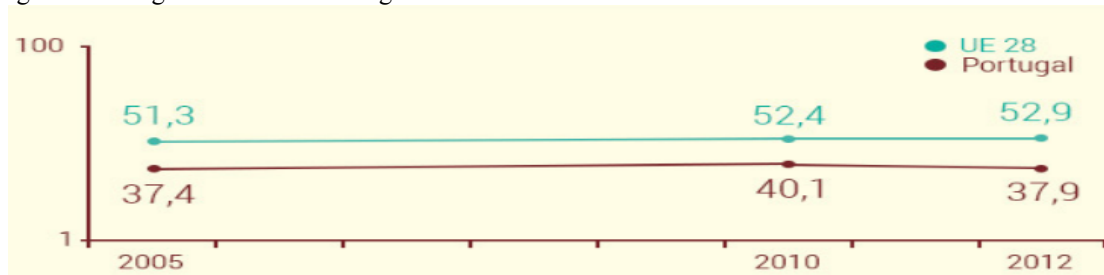
⁴ <http://eige.europa.eu/gender-statistics/gender-equality-index/about> Instituto Europeu para a Igualdade de Género.

Da análise dos seis fatores já referidos⁵, em 2012 a situação melhorou ligeiramente, no que diz respeito à média global dos da UE dado que em 2005, o índice era 51,3 e em 2010 era 52,4⁶.

Em 2005, Portugal era o quarto país mais desigual, em 2010 estava na sexta pior posição e em 2012 teve o pior resultado de sempre neste índice.

Gráfico 2.

Igualdade de género caiu em Portugal



Fonte: EIGE

Os fatores tempo e poder contribuem para acentuar as diferenças entre homens e mulheres na União Europeia. Relativamente ao fator tempo 24% dos homens empregados dedicavam pelo menos uma hora do seu dia a cuidados com a casa e com a família, muito aquém dos 77% das mulheres que, nas mesmas condições empregava o tempo desta maneira.

No que diz respeito ao poder, em 2012, 78% das posições ministeriais e 75% da representação no parlamento eram masculinas.

A família constitui ainda um cenário de desigualdades de género persistentes⁷, mostram os mais recentes dados sobre a divisão de tarefas nos lares portugueses. Em 2014 estudos revelam que os homens gastam oito horas por semana em “tarefas domésticas” e 9 horas nos cuidados a familiares, enquanto as mulheres despendem 21 ao trabalho doméstico e 17 horas a cuidados a familiares. No entanto, entre os casais mais jovens notam-se diferenças. Os casais mais jovens têm de facto uma divisão menos desequilibrada das tarefas domésticas. Na cozinha os homens começam a marcar presença de forma crescente, quer dividindo tarefas, quer tomando a responsabilidade

⁵ Comissão Europeia, do Eurostat, da Eurofound (Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho) e da FRA (Agência Europeia para os Direitos Fundamentais)

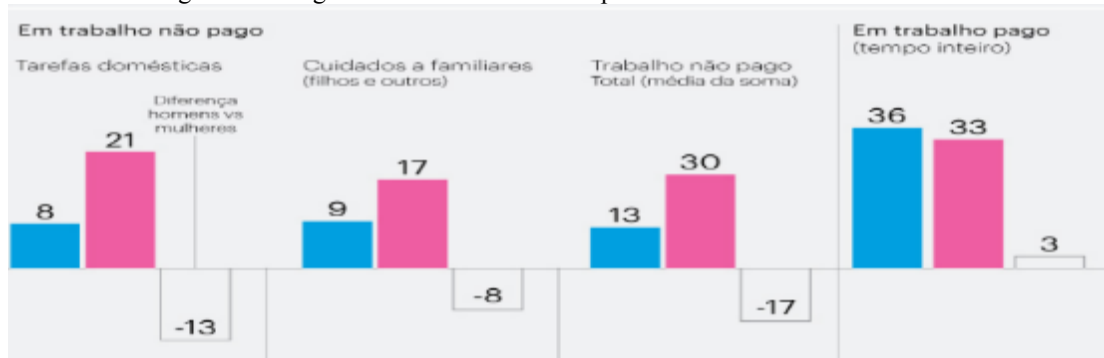
⁶ International Social Survey

⁷ <http://eige.europa.eu/rdc/eige-publications/gender-equality-index-2015-measuring-gender-equality-european-union-2005-2012-report>

da tarefa. Assim, mais de um quarto dos casais jovens dividem as tarefas relacionadas com a confecção das refeições⁸.

Gráfico 3.

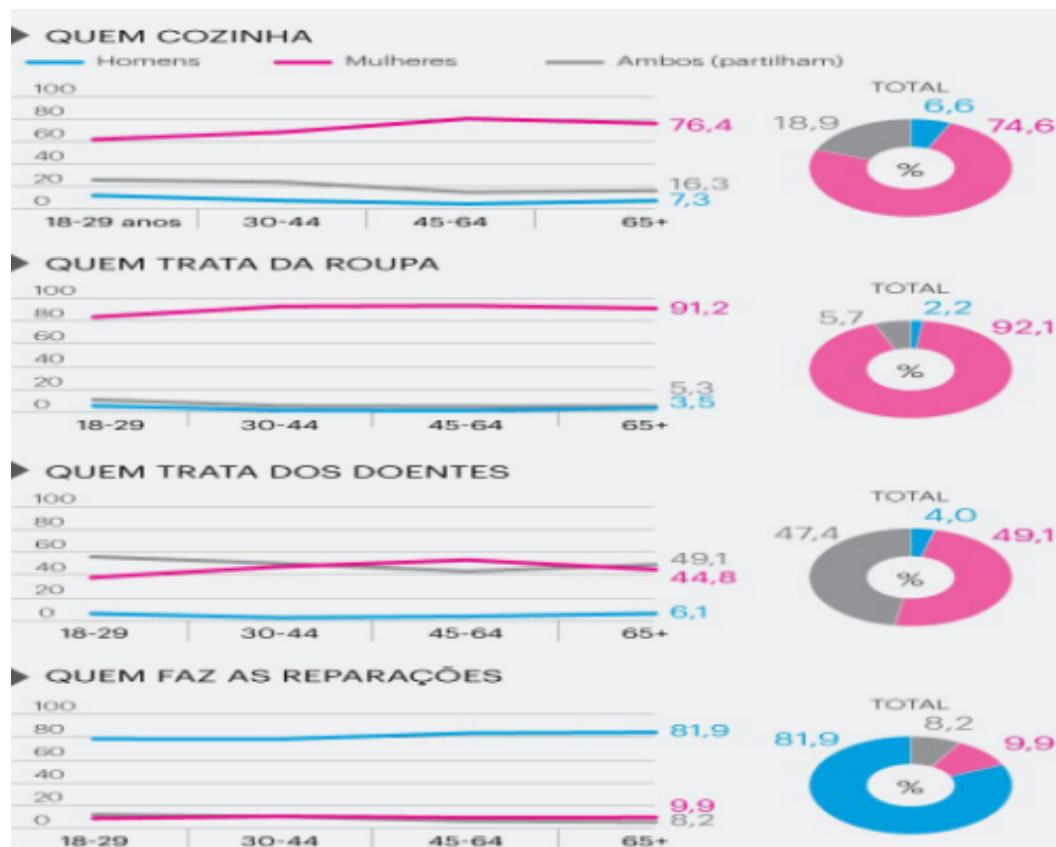
Os homens e a igualdade de género - Horas/semana despendidas



Fonte: Homens, papéis masculinos e igualdade de género de Leonor Rodrigues, Vanessa Cunha e Karin Walt; Ed.: ICS-UL/CITE. Nov.2015

Gráfico 4.

Os homens e a igualdade de género - Divisão conjugal das tarefas domésticas. Por faixa etária em %



⁸ RODRIGUES, Leonor; CUNHA Vanessa e WALL Karin. Homens, papeis masculinos e igualdade. ISCTE, 2005

Fonte: Homens, papéis masculinos e igualdade de género de Leonor Rodrigues, Vanessa Cunha e Karin Walt; Ed.: ICS-UL/CITE. Nov.2015

Questionados homens e mulheres sobre se “todas as tarefas domésticas” devem ou não ser divididas de forma igualitária, 74% e 81,4%, respectivamente, acreditam que sim o que revela as diferenças entre a norma da igualdade a nível dos valores e as práticas dos casais que estão longe de ser igualitárias.

Num estudo realizado em 2014⁹, conclui-se que mesmo entre os casais mais jovens, continuam a ser as mulheres a organizar a vida doméstica, enquanto eles ficam num papel de retaguarda; 39,4% das mulheres inquiridas, contra 30,2% dos homens, subscrevem a afirmação “Na minha vida do dia-a-dia, raramente tenho tempo para fazer as coisas de que realmente gosto”.

Na amostra deste estudo, composta por cerca de dez mil sujeitos, as mulheres abdicam, muito mais do que os homens, do tempo para si próprias, deixando de fazer coisas que lhes dariam gratificação. É de notar que, apesar das desigualdades verificadas, o estudo revela que cerca de sete em cada dez mulheres consideram que a parte que lhes cabe das tarefas domésticas corresponde ao que é justo, o que indica a falta de consciência sobre as injustiças associadas a esta realidade. Relativamente à situação na área da Economia e das Finanças o défice de paridade é muito elevado; no PSI 20 há zero presidentes e a nível geral, apenas 28,5% dos cargos de liderança ou gestão das empresas em Portugal são ocupados por mulheres - uma melhoria de 5,2 face aos últimos cinco anos – e este valor aumenta para 32,3% nas startups.

Na análise de 22 mil empresas de 91 países¹⁰, verificou-se que uma empresa rentável, em que 30% dos cargos de liderança sejam ocupados por mulheres pode conseguir uma rentabilidade 15% superior a uma empresa, (também rentável), que não tenha qualquer mulher na liderança.

No campo do investimento a representação feminina é também inferior: apenas 7% das sócias de empresas de Venture Capital são mulheres, de acordo com a Crunchbase. Apesar de mais de metade da população europeia ser feminina, menos de 30% de todos os empreendedores são mulheres.

⁹ <http://eige.europa.eu/rdc/eige-publications/gender-equality-index-2015-measuring-gender-equality-european-union-2005-2012-report>

¹⁰ “Is gender diversity profitable”, estudo realizado por investigadores do Peterson Institute for International Economics e da Georgetown University

Estereótipos relacionados com os papéis de género e os comportamentos relevantes para cada um dos sexos assumem um determinismo que a educação pode alterar. Continua a esperar-se das mulheres que tenham um comportamento mais passivo. A pressão da sociedade conduz à falta de confiança, porque há falta de estímulos para impulsionar as mulheres.

Embora seja importante para elas a sua participação na política ou nos negócios “o problema é conciliar os dois. Quando um homem tem filhos, a sua carreira progride. Quando uma mulher tem filhos, a sua carreira regride. As mulheres não nascem naturalmente assim, com falta de autoconfiança intrínseca que as impede de avançar. É antes a ordem social de género que as limita.

Manter-se na “zona de conforto” significa conformar-se ao que é habitual e não desafiar a norma social e o que é habitual é ser o homem empreendedor e não a mulher. Mesmo assim¹¹, o número de mulheres no poder, na Europa, tem aumentado, com a antiga comissária europeia Dalia Grybauskaite, agora na presidência da Lituânia, e Marie Louise Coleiro Preca, na presidência de Malta. Também na Noruega e na Polónia as primeiras-ministras são mulheres.

Na América do Sul, Michelle Bachelet é a única representante feminina no mais alto cargo de um país, o Chile. Também o mesmo acontece com Hilda Heine, presidente das Ilhas Marshall, na Oceania.

A presidente das Maurícias é também uma mulher e na Libéria o mesmo se passa. A esta lista soma-se Saara Kuugongelwa-Amadhila, primeira mulher primeira-ministra da Namíbia.

A Ásia tem três mulheres presidentes e duas primeiras-ministras. Tsai Ing-wen é, desde Janeiro, a primeira mulher a atingir o mais alto cargo do país em Taiwan. Park Geun-Hye foi eleita, em Dezembro de 2012, presidente da Coreia do Sul e Bidhya Bhandaria foi eleita pelo parlamento para a presidência do Nepal.

O Bangladesh tem Sheikh Hasina Wajed como primeira-ministra e na Birmânia, Aung San Suu Kyi, que ganhou com larga maioria as eleições de Novembro de 2015, viu-se impedida pela constituição do país de ser presidente e foi, por isso, forçada a colocar nesse cargo um homem da sua confiança.

Na área da economia, existem algumas mulheres a assumirem a liderança de bancos

¹¹ de acordo com um estudo realizado pela Agência France Presse, cit JORNAL ECONÓMICO, Andrew Yates/Reuters

centrais. Por exemplo, a presidente da Reserva Federal norte-americana e a governadora do Banco Central da Rússia e a líder do Banco Central da Argentina. Nos PALOP existe também uma mulher que já foi ministra das Finanças e primeira-ministra de São Tomé e Príncipe, governadora do Banco Central daquele país africano desde 2011.

No entanto, seria uma longa tarefa replicar, com os homens, a enumeração dos mais altos cargos ocupados por mulheres, pois a lista seria interminável.

Conclusão

As mulheres europeias continuam a meio caminho da igualdade em relação aos homens.

Num exercício de empatia, indo ao encontro da perspectiva “Teoria da Mente” talvez tenhamos que usar umas lentes masculinas para a leitura da realidade, para a perceber do ponto de vista dos homens e partindo desse ponto promover a igualdade.

As lideranças não se alteram ou alterar-se-ão muito lentamente se não houver uma imposição que reforce a paridade nos cargos de decisão. Assegurar uma representatividade equilibrada de homens e mulheres nos cargos de decisão é fundamental para o reforço da justiça social e aperfeiçoamento da democracia, como reconhece a ONU.

A Lei da Paridade constituiu, em Portugal, um marco decisivo para aumentar a representatividade das mulheres na política. Pela primeira vez na história da democracia portuguesa se atingiu, nas últimas eleições legislativas, uma representatividade de 33%, na AR, ou seja, 76 mulheres no universo de 230 deputados.

Ao nível do poder local, a situação também se alterou, sobretudo nos executivos municipais, atingindo uma representatividade de 26% de mulheres, ou seja, 547 mulheres no universo de 2.086 membros efetivos nos executivos municipais. Já ao nível das presidências de câmara, temos apenas 24 mulheres, ou seja 8%, no universo de 308 municípios – número que fica muito aquém do desejável.

Torna-se urgente a ação ao nível da representação política e os parlamentos são os contextos mais importantes para a implementação da igualdade de género, Empoderamento das Mulheres¹², e sensibilização dos eleitores para a igualdade e para

¹² <http://www.ps.pt/2016/09/opiniao-a-lideranca-nao-tem-genero/>

os lucros sociais de valorizar a contribuição das mulheres para o desenvolvimento e progresso terá que ser uma prioridade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Ana Reis Jorge, «Karin Wall e Lígia Amâncio (orgs.), *Família e Género em Portugal e na Europa*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais: 2007 », *Configurações*, 4 | 2008, 143-155.

Connell, R. W., *Gender & Power*, Cambridge, Polity Press. 1987

Connell, R. W., *Gender*, Cambridge, Polity Press. 2002

Delphy, C., *L'Ennemi principal. Économie politique du patriarcat*, Paris, Editions Syllepse, 1998.

European Union. Conferência de encerramento “Mulheres na Política: entre experiência e dejeso”. Code IWP, FPCEUP. 27/28 junho 2016 <<http://www.womensparticipation.com/pt/news-events>> [07 de setembro 2016]

Hakim, C., *Models of the family in Modern Societies*, Ashgate, Aldershot, 2003.

Wall Karin & Lígia Amâncio (orgs.) *Família e Género em Portugal e na Europa*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2007

Nações Unidas. *Relatório sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio* in *Departamento de Informação Pública da ONU – DPI/2517C*, 2010 <www.mdgmonitor.org> [15 de julho de 2016]

Nações Unidas. *What Will it Take to Achieve the Millennium Development Goals? -- An International Assessment*, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), 2010

Organização Internacional do Trabalho (2009). *Give Girls a Chance: Tackling Child Labour, a Key to the Future*.

Pais E. *Moção Novas Lideranças, candidatura ao Departamento Nacional de Mulheres Socialistas*. Portugal, 2016 <<http://www.ps.pt/wp-content/uploads/2016/05/elza-pais-novas-liderancas.pdf>> [8 de setembro de 2016]

Nascimento, Rui Pedro. *Opinião: A liderança não tem género*. Partido Socialista. 9 de junho 2016 <<http://www.ps.pt/2016/09/06/opiniao-a-lideranca-nao-tem-genero/>> [8 de setembro de 2016]

Perista, Heloísa *et al. Os Usos do Tempo de Homens e de Mulheres em Portugal*. Policy Brief, 2014

Breve curriculum

1. Docente do Ensino Superior, Psicóloga (Membro da Ordem dos Psicólogos Portugueses), especializada em Direito das Crianças (Universidade Católica Portuguesa), Pós – Graduação em Supervisão de Estudos de Caso em Contextos de Risco e Sofrimento Psicológico e Sócio Educacional (Crianças e Jovens)-FPCE - Universidade do Porto, mestre em Psicologia do Desenvolvimento e da Educação da Criança pela FPCE - Universidade do Porto. Investigadora no CEPSE e IJP e JUÍZ SOCIAL Efetiva (artº 36 do Dec. Lei 156/78 de 30/06 - Tribunal Judicial da Comarca do Porto 1ª Secção de Família e Menores do Porto).
2. Doutoranda e Mestre em Sociologia pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH/UNL), Investigadora e Docente Universitária (CICS.NOVA-Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais; no Centro de Investigação em Direito Penal e Ciências Criminais, Instituto de Direito Penal e Ciências Criminais (CIDPCC), Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa). Presidente do Departamento Nacional de Mulheres Socialistas, Deputada à Assembleia da República, Presidente da Subcomissão da Igualdade e Não Discriminação, membro da Assembleia Parlamentar CPLP e membro da Comissão para a Igualdade e contra a Discriminação Racial (CICDR).